

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2009, obedeceu os critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 4.190, de 22 de janeiro de 2009. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2009 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 2,14% em relação aos valores previstos na LDO / 2009.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 1,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescido em 11,57% (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Metas Fiscais Relativas a 2009 – Resultado Primário

Discriminação	Previsto na LDO (em R\$ 1000)	Realizado (em R\$ 1000)	Variação %
I Receitas não Financeiras	18.860.593	19.264.698	2,14%
II Despesas não Financeiras	18.083.461	18.397.627	1,74%
III Resultado Primário (I – II)	777.133	867.072	11,57%

Fonte: SEFA/SEPL

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2007 a 2009 e reprogramadas para 2010.

Tabela 2 – Metas Fiscais 2007-10 - Preços Correntes - em R\$ 1000

Discriminação	2007	2008	2009	(1) 2010
I. Resultado Primário Indicado na LDO	667.359	741.997	777.133	1.225.519
II. Resultado Primário Obtido	917.553	1.260.259	867.072	954.983
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	250.194	518.262	89.939	-270.536
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	144.751	-765.967	-721.969	159.482
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-268.661	1.928.594	-1.456.774	-351.489
VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV)	-123.910	1.162.637	-734.805	-192.007

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tabela 3 – Metas Fiscais 2007-10 - Preços Constantes de 2010 - em R\$ 1000

Discriminação	2007	2008	2009	(1) 2010
I. Resultado Primário Indicado na LDO	770.072	819.642	810.627	1.225.519
II. Resultado Primário Obtido	1.058.773	1.392.137	904.442	954.983
III. Resultado Obtido – Indicado (II - I)	288.701	572.495	93.815	-270.536
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	167.030	-846.109	-753.086	159.482
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-310.011	2.130.408	-1.519.561	-351.489
VI. Resultado Obtido – Indicado (V – IV)	-142.981	1.284.299	-766.475	-192.007

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2007 a 2013.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2007 a 2013

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB do Brasil (variação %)	6,10	5,10	-0,20	5,10	4,40	4,40	4,50
PIB do Paraná (variação %)	6,80	6,00	-0,50	6,00	4,50	4,50	4,50
Inflação, IPCA (variação %)	4,46	5,90	4,31	4,90	4,50	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$)	1,77	2,34	1,74	1,80	1,87	1,90	1,91

Fonte: Banco Central, IPARDES/SEPL

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2010 a 2013, na média de 0,34% do PIB do Paraná, supõe:

- a) a retomada do crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a continuidade do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6, apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2010 a 2013, a preços correntes e constantes de 2010.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2010-13
Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011		2012		2013	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	21.473.358	10,08	23.050.849	9,89	24.495.005	9,63	26.175.246	9,43
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	20.518.376	9,63	22.280.774	9,56	23.753.302	9,34	25.398.136	9,15
III. RESULTADO PRIMÁRIO	954.983	0,45	770.075	0,33	741.703	0,29	777.110	0,28
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.887.582	6,99	15.437.147	6,62	15.822.206	6,22	16.217.884	5,84
V. RESULTADO NOMINAL	-351.489	-0,16	-402.153	-0,17	-381.745	-0,15	-367.019	-0,13

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2010-13
Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011		2012		2013	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	21.473.358	10,08	21.890.327	9,89	22.260.072	9,63	22.762.686	9,43
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	20.518.376	9,63	21.159.022	9,56	21.586.042	9,34	22.086.891	9,15
III. RESULTADO PRIMÁRIO	954.983	0,45	731.304	0,33	674.030	0,29	675.796	0,28
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	14.887.582	6,99	14.659.945	6,62	14.378.582	6,22	14.103.501	5,84
V. RESULTADO NOMINAL	-351.489	-0,16	-381.906	-0,17	-346.914	-0,15	-319.169	-0,13

Fonte: SEPL/SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2007 a 2009. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007 (R\$ 1.000)	2008(R\$ 1.000)	2009 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	2.145.823	3.142.919	3.127.163
ATIVO PERMANENTE	11.817.005	12.583.094	15.689.933
SOMA DO ATIVO REAL	13.962.828	15.726.013	18.817.096
PASSIVO FINANCEIRO	2.442.077	1.678.701	1.837.740
PASSIVO PERMANENTE	16.430.711	20.313.202	20.228.812
SOMA DO PASSIVO REAL	18.872.788	21.991.903	22.066.553
SALDO PATRIMONIAL	-4.909.960	-6.265.890	-3.249.457

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2007 para 2008, uma variação negativa da ordem de R\$ 1.355,93 milhões, decorrente do acréscimo do Passivo Real Descoberto, produzido pelo déficit patrimonial do exercício de 2008. De 2008 para 2009, houve uma variação positiva de R\$ 3.016,43 milhões, pela redução do Passivo Real Descoberto, produzido pelo superávit patrimonial de 2009. Considerando o período de 2007 a 2009, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 1.660,50 milhões de redução no Saldo Patrimonial Devedor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e

que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto que resultou na Lei-PR nº 12.398/98 pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12.398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o **Regime de Capitalização**, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, se adotou, como forma de financiamento, o **Regime de Repartição**.

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao **Plano de Custeio** estabelecido - e indicado na Tabela 8 -, tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei – PR nº 12.398/98

Alíquota de Contribuição	Composição		Base de Calculo
	Cont. do Estado	Cont. dos Servidores	
21,93*	10%	10%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00
	14%	14%	Total da remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.

Para a avaliação do exercício de 2009, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

Tipo de Cobertura	Custeio “Puro” * 1 Vigente (em % da folha de remuneração)
(1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez	11,60 %
(2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez	0,93 %
(3) Pensão por Morte	3,70 %
(4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro	16,23 %
(5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados	5,70 %
(6) = (4) + (5) Custeio Total Puro	21,93 %

*1 “Puro” significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo a execução do **Plano De Custeio** sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de 10,96%. Do ponto de vista conjuntural destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, sendo certo que além disso, à efetiva integração do Poder Judiciário, se somou, no exercício de 2009, a integração do Poder Legislativo, de modo que o Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que, de fato, possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

Inobstante as intercorrências mencionadas, é certo que o cumprimento, pelo Estado, quanto a execução do Plano de Custeio, permitiu que seu regime previdenciário constituísse um patrimônio – vinculado ao Fundo de Previdência – da ordem R\$ 8,5 bilhões, conforme explicitado no Balanço da PARANAPREVIDENCIA, referente ao exercício de 2009. Esse quadro não evitou que, dadas as inúmeras intercorrências, o Parecer Atuarial sobre a situação financeiro-atuarial do Fundo de Previdência da PARANAPREVIDENCIA, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDENCIA, indicasse a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 – demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

Tabela – 10 Reservas Matemáticas Estimadas
Quadro Comparativo nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

Reservas Matemáticas	2007	2008	2009
(1) Benefícios Concedidos	2.264.315.785,00	3.213.018.318,00	4.045.726.486,51
(2) Benefícios a Conceder	7.383.092.469,00	8.737.955.389,00	10.977.737.837,37
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	9.647.408.254,00	11.950.973.707,00	15.023.464.323,88
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(3.913.766.359,00)	(4.759.426.310,00)	(5.442.829.292,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	5.733.641.895,00	7.191.547.397,00	9.580.635.031,88
(6) = (7) – (5) Resultado Técnico	(131.365.131,78)	(245.781.371,98)	(1.017.846.676,15)
(7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência	5.602.276.763,22	6.945.766.025,02	8.562.788.355,73

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2011.

Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2011 Em R\$ 1000	
Discriminação	2011
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	1.273.562
2. Transferências Constitucionais e Legais	365.785
3. Saldo (1-2)	907.777
4. Despesas Comprometidas	907.777
Pessoal	361.701
PASEP	322.147
Vinculação aos Outros Poderes	103.687
Vinculação para a Saúde	14.215
Vinculação para o Ensino Público	102.189
Vinculação para a Ciência e Tecnologia	3838
5. Margem de Expansão	0

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2011 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados pela não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não prevista até então.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício. A Tabela 11 demonstra a inexistência de margem de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.